

## PERSPECTIVAS 2006 | COMPETITIVIDADE

# Grandes potenciais e singelos passos

*A inserção das empresas brasileiras no cenário competitivo internacional passa necessária e inevitavelmente pela diminuição dos riscos da atividade empreendedora, tanto por meio do crédito adequado à pesquisa e ao desenvolvimento quanto pela criação de um significativo mercado de capital de risco*

João Alberto De Negri\*



Luiz Antonio/Lar Agência

**N**este início de ano, o país celebra uma marca recorde em suas exportações: 118,3 bilhões de dólares em 2005, gerando superávit da balança comercial também inédito de 44,8 bilhões de dólares. A importância de tal desempenho é acentuada pela insistente valorização do real frente ao dólar, prejudicando a rentabilidade das empresas exportadoras.

De qualquer forma, o país deve muito ao cenário externo favorável dos últimos anos, cujo impacto nos preços das *commodities* tem contribuído para a saúde das contas externas brasileiras. De fato, é nesse segmento que as empresas nacionais apresentam maior competitividade internacional, ao mesmo tempo em que a pauta de importações brasileiras mostra uma composição preponderante em produtos mais intensos em tecnologia. Esse padrão brasileiro de especialização no comércio exterior, apesar de vir rendendo bons frutos, constitui justamente um elemento de fragilidade ao seu

desempenho comercial no médio prazo, com suas devidas conseqüências para o crescimento da economia. Com freqüência, alguns anos de bons resultados da balança comercial acabam levantando contestações a essa idéia ou simplesmente relegando-a a segundo plano. As crises externas precedentes, porém, insistem em evidenciar a necessidade de mudança na inserção competitiva das empresas brasileiras, em direção a mercados em que a inovação tecnológica é um importante fator competitivo.

Lá se vão mais de cinquenta anos desde que o economista argentino Raúl Prebisch lançou a tese de que haveria uma tendência secular de queda nos preços das *commodities* exportadas pelos países em desenvolvimento em relação aos bens industriais exportados pelos países desenvolvidos. Essa tendência seria conseqüência da competição mais acirrada no mercado de *commodities* e do progresso tecnológico industrial poupador de matéria-prima importada dos países com menor desenvolvimento. Assim, os frutos do comércio internacional seriam distribuídos de forma desigual entre os países, e justamente os mais pobres seriam mais prejudicados pelo desenvolvimento tecnológico.

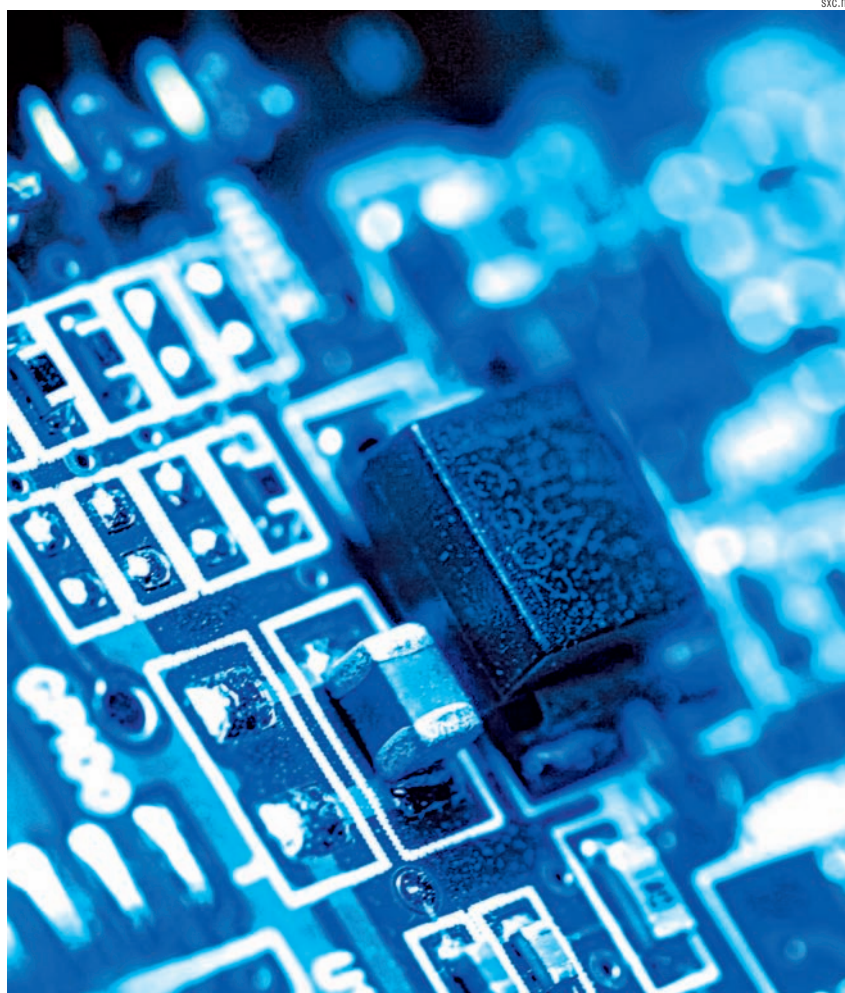
Um documento publicado em 2002 pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) veio confirmar as teorias de Prebisch, ao mostrar uma tendência declinante dos preços relativos das *commodities* no período entre 1960 e 2002. Entre outros aspectos, o estudo calcula que, em relação aos preços dos produtos industriais exportados pelos países desenvolvidos, o preço médio das *commodities* se encontrava, em 2001, em um nível de 55% em relação à sua média entre os anos de 1979 e 1981.

Para sobrepujar as dificuldades frente à concorrência e ao comportamento dos preços, grandes crescimentos de produtividade tornaram-se necessários às empresas exportadoras brasileiras, além de um contínuo aprimoramento da qualidade dos produtos. O país tem sido bem-sucedido nessa tarefa após grandes esforços em termos de ciência e tecnologia em sua pauta expor-

tadora, que abrange desde grãos de soja até aviões. Porém, as políticas públicas brasileiras insistem em adiar o inevitável: a busca por uma inserção competitiva mais ambiciosa no mercado internacional de produtos industriais mais intensos em tecnologia. Do lado empresarial, entretanto, trabalhos publicados recentemente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostram que o ambiente econômico que se iniciou em meados da década de 90 estaria impulsionando uma nova visão empresarial. Distanciando-se da passividade e da dependência das iniciativas governamentais, parte do empresariado começa a se consolidar como um segmento que se dispõe a enfrentar e a se equiparar às melhores práticas da concorrência internacional, particularmente aquelas associadas à inovação tecnológica e à diferenciação de produto, com profundas conseqüências na modernização de suas empresas.

Porém, uma política de inovação bem-sucedida não pode negligenciar uma das principais restrições à inovação nas empresas brasileiras: a escassez de crédito às atividades de pesquisa e desenvolvimento. Estas necessitam de financiamento de longo prazo adequado aos riscos e às peculiaridades específicas dessas atividades, especialmente tendo em conta o importante papel exercido pelas pequenas empresas no aprimoramento tecnológico dos países desenvolvidos. Se outrora essas empresas eram vistas como ineficientes em termos de produtividade e salários por operarem numa escala “sub-ótima” de produção, na última década elas passaram a ser encaradas como agentes de mudança tecnológica, fundamentais para a criação e a comercialização de novos conhecimentos. Receberam inclusive uma nomenclatura diferenciada: empresas de base tecnológica.

Surge, então, uma pergunta óbvia: face às claras vantagens competitivas das grandes empresas, como podem as de base tecnológica desempenhar tal papel? É justamente nesse ponto que se encontra uma das deficiências de nossa economia. Os riscos inerentes à atividade empreendedora



são muito altos no Brasil, desestimulando a constituição de empresas de base tecnológica. A disponibilidade de financiamento é escassa, contrastando com o cenário norte-americano, em que um dos alicerces do progresso tecnológico tem sido o seu mercado de capital de risco, praticamente inexistente por aqui. Assim, a inserção das empresas brasileiras no cenário competitivo internacional passa necessária e inevitavelmente pela diminuição dos riscos da atividade empreendedora, tanto por meio do crédito adequado à pesquisa e ao desenvolvimento quanto pela criação de um significativo mercado de capital de risco e por estímulos à inserção dessas empresas no mercado externo para que ganhem escala suficiente e se tornem capazes de competir

com as empresas dos países desenvolvidos.

É claro que não se trata de políticas cujos resultados se dão da noite para o dia. Mas a experiência internacional, particularmente de certos países asiáticos, mostra que o incentivo à inovação tecnológica constitui o caminho do crescimento, mesmo que consuma o tempo mínimo de uma geração. Tal prazo pode ser longo em vista das urgências do país, mas o que mais preocupa, entretanto, é que, apesar dos grandes potenciais das empresas brasileiras, os passos dados pelas políticas públicas nessa direção ainda são singelos.

---

**João Alberto De Negri** é diretor da Diretoria de Estudos Setoriais do Ipea

(\*) Colaborou Alexandre Messa